



HELTON RANGEL COUTINHO JUNIOR
(ORGANIZADOR)

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADE E DIFERENÇAS


Atena
Editora
Ano 2020



HELTON RANGEL COUTINHO JUNIOR
(ORGANIZADOR)

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADE E DIFERENÇAS


Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F339	<p>Fenomenologia e cultura [recurso eletrônico] : identidades e representações sociais / Organizador Helton Rangel Coutinho Junior. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-078-0 DOI 10.22533/at.ed.780202805</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Fenomenologia. 3. Identidades. I.Coutinho, Helton Rangel.</p> <p style="text-align: right;">CDD 323</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book Fenomenologia e Cultura: Identidades e Representações Sociais apresentará dez artigos relacionados a uma diversidade de temáticas que se espraiam em nossos cotidianos de diferentes formas. Antes de iniciar sua leitura cabe uma breve ponderação sobre os conceitos implicados.

Fenomenologia é aqui compreendida como o desvelar de agentes inerentes a fenômenos sociais que permitem a melhor compreensão das relações instituídas nas arenas coletivas. Prima por caracterizações que extrapolem as noções de conflito inerentes a uma situação de exploração decorrente de um sistema de produção, muito comum nas leituras marxianas. Atem-se, principalmente, a dados que permitam aos leitores, por si sós, descreverem e reterem informações referentes ao universo que se abre com as apreciações de materiais coletados expostos de forma a aguçar o espírito crítico e investigador.

Desta feita, todos os artigos presentes englobam aspectos relacionados a formação de identidades e representações sociais em um campo cultural. Cultura é então percebida como o conjunto de valores e práticas sociais vertidas diante de um contexto social. Identidade implica na concepção de projetos de vida que se atrelem a construção de projetos societários. Enquanto representações sociais se referem aos níveis de performance, linguagens, uso da língua, posturas e retratações que infiram percepções sobre identidades e elementos de dados momentos da nossa história e da trajetória de nossas instituições.

Mas calma, no capítulo 1 será esmiuçado um pouco das bibliografias pertinentes aos conceitos de fenomenologia e cultura em suas possibilidades correlatas. Já os capítulos 2 ao 7 referendam experiências práticas relacionadas ao campo da educação em sua multiplicidade de abordagens possíveis, destacando, principalmente, consequentes relacionados a nossa miscigenação cultural e os tensionamentos postos pela valorização dessa que envolvem desde a ressignificação de noções de pertencimento a raízes africanas até questões de gênero decorrentes do perfil de professores.

Em consequente, dos capítulos 8 ao 10, são expostas possibilidades de tratamento do cosmos espraiado por práticas em saúde. Explicitam-se as provocações advindas de todo um ecossistema de fauna e flora, do histórico de algumas fundações em saúde firmadas pela nobreza clerical e dos avanços representados pelos transplantes de órgãos, suas normas e distorções.

Dessarte, os referidos artigos, para sua melhor leitura, perpassam o conceito de hipertexto. Esse requer não só a atenção às narrativas apresentadas por seus autores, mas a percepção de suas interconexões com outras leituras, associações e veículos que lhes dão vida. Salienta-se o conjunto de questões que é trazida

pelo bojo de uma multiplicidade de nuances e repercussões correlatas a realidade hodierna.

Por esse prisma, o elemento cultural marcador, que agrega os diferentes textos aqui apresentados, se relaciona ainda a premente necessidade da multidisciplinaridade de saberes e importância de uma visão integral sobre as arrebações dos viventes e seus dilemas consoante o conjunto de possibilidades postas pelo universo telúrico.

Helton Rangel Coutinho Junior

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A SOCIOLOGIA FENOMENOLÓGICA DE ALFRED SCHÜTZ: UM PARADIGMA PARA PENSAR A CULTURA	
José Vitor Lemes Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.7802028051	
CAPÍTULO 2	14
LITERATURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS: UM RESGATE DA CULTURA NEGRA EM PROL DA INSERÇÃO SOCIAL E ELIMINAÇÃO DE RACISMOS E PRECONCEITOS	
Gleides Ander Nonato	
DOI 10.22533/at.ed.7802028052	
CAPÍTULO 3	25
ASPECTOS CULTURAIS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PRESENTES NA LITERATURA MOÇAMBICANA: UMA ANÁLISE SOBRE JOÃO PAULO BORGES COELHO	
Patricia de Oliveira Rezende	
DOI 10.22533/at.ed.7802028053	
CAPÍTULO 4	38
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A CAPOEIRA, CONSTRUINDO A ESCOLA: ANÁLISE DO DISCURSO DA CANÇÃO “DONA ISABEL”, DO MESTRE TONI VARGAS”	
Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro	
DOI 10.22533/at.ed.7802028054	
CAPÍTULO 5	50
HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: A LEI 10.639/03 NO DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA DO CNPQ	
Nicácia Lina do Carmo	
Leilah Santiago Bufrem	
DOI 10.22533/at.ed.7802028055	
CAPÍTULO 6	58
O ESPAÇO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA: PERTENCIMENTO E REAFIRMAÇÃO CULTURAL	
Kellison Lima Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.7802028056	
CAPÍTULO 7	67
SOBRE PROCESSOS E ELEMENTOS PRESENTES NAS RECONFIGURAÇÕES IDENTITÁRIAS DE PROFESSORES HOMENS NOS ANOS INICIAIS	
Maria da conceição Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.7802028057	
CAPÍTULO 8	78
A IMPORTÂNCIA DA INTERSETORIALIDADE NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA REGIÃO CENTRO SUL DO ESPÍRITO SANTO - BRASIL	
Daniele Custódio Gonçalves das Neves	
Katia Cilene Tabai	
DOI 10.22533/at.ed.7802028058	

CAPÍTULO 9	91
AÇÕES DE CONTROLE DA RAIVA ANIMAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA USINA HIDRELÉTRICA DE SERRA DA MESA, NORTE DE GOIÁS, BRASIL	
Leonardo Aparecido Guimarães Tomaz	
Valéria de Sá Jayme	
Marlon Zortéa	
Aires Manoel de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.7802028059	
CAPÍTULO 10	110
A LITERATURA DEVOCIONAL OS CUIDADOS A SAÚDE EM PORTUGAL (SÉCS. XV-XVI)	
André Costa Aciole da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.78020280510	
CAPÍTULO 11	123
ANÁLISE DO TRÁFICO DE ÓRGÃOS SOB O ÂNGULO JURÍDICO-SOCIAL	
Marcela Rodrigues Almeida	
Laís Moreira Barros	
Orisval Paulino Dos Junior Santos	
Renata Botelho Dutra	
DOI 10.22533/at.ed.78020280511	
SOBRE O ORGANIZADOR	135
ÍNDICE REMISSIVO	136

LITERATURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS: UM RESGATE DA CULTURA NEGRA EM PROL DA INSERÇÃO SOCIAL E ELIMINAÇÃO DE RACISMOS E PRECONCEITOS

Data de aceite: 12/05/2020

Data de submissão: 05/03/2020

Gleides Ander Nonato

Centro Universitário Newton Paiva

Belo Horizonte – Minas Gerais

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9020273118009457>

RESUMO: Este artigo tem o objetivo demonstrar a pertinência de estudos sobre as literaturas africanas e afro-brasileira para a valorização da cultura negra no Brasil. Procura-se compreender os fatos e aspectos que culminaram na Lei 10.639/2003 apontando a relevância das referidas literaturas como contribuidoras à eliminação de preconceitos e racismos e valorização de elementos de nossa história que, por vezes, foram amarelados. Analisa-se aqui a importância da educação multicultural e seus contributos na compreensão da nossa sociedade. A pesquisa é estruturada a partir de levantamento bibliográfico. Conclui que os estudos literários da literatura africana e afro-brasileira, em conjunto com os estudos históricos, viabilizam a compreensão da formação do povo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Lei 10.639/2003; Literatura Africana; Literatura Afro-Brasileira.

AFRICAN AND AFRO-BRAZILIAN
LITERATURE: THE REDEMPTION OF THE
NEGRO CULTURE IN FAVOR OF SOCIAL
INSERTION AND ERADICATION OF RACISM
AND PREJUDICE

ABSTRACT: This paper has the aim to demonstrate the contributions of the studies on African and Afro-Brazilian Literatures are investigated in order to comprehend how those literatures can promote an African-Brazilian culture appreciation in Brazil. It was tried to understand the facts and aspects which contributed to the pronouncement of the Law # 10.639/2003, pointing to the relevance of the studies of those literatures as determiners to the elimination of prejudice and racism, thus, contributing to the value of a culture that was ignored during Brazil as a Colony and during the Imperial of Brazil. The importance of a multicultural education was analyzed, as well as how this education can contribute to the understanding of the history of the formation of Brazil. A qualitative research was conducted, characterized by bibliographic and documental

researches. It was concluded that the studies on African and Afro-Brazilian Literatures, in combination with historical studies, enable the understanding of the formation of the Brazilian people, as well as African cultures, which were imported to Brazil.

KEYWORDS: Law # 10.639/2003; African literature; Afro-Brazilian Literature.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de demonstrar as contribuições que os estudos das Literaturas Africanas e Afro-brasileiras podem trazer para a valorização da cultura negra no Brasil.

Sabe-se que as desigualdades sociais brasileiras possuem raízes profundas que datam do regime escravocrata do Brasil colônia e que perduram até os dias atuais.

Os processos de exclusão existentes no Brasil e os resquícios de racismo e preconceito há muito têm sido combatidos e se tornaram alvo de denúncias via movimentos sociais que trazem em seu bojo, muitas vezes, representações do negro brasileiro como um indivíduo que é capaz de se organizar na tentativa de “fugir à situação de marginalização que lhe foi imposta”. (SINGER; BRANT, 1983, p. 143).

Segundo Singer e Brant (1983):

Essa tendência do negro a se organizar não surge por acaso. Os grupos que se identificam na sociedade de classes por um estigma que essa sociedade lhes impôs podem, ao invés de procurarem fugir a essa *marca*, transformá-la em herança positiva e organizar-se através de um *ethos* criado a partir da tomada de consciência da diferença que as camadas privilegiadas em uma sociedade etnicamente diferenciada estabeleceram. (SINGER; BRANT, 1983, p. 144)

Fato sabido é que a formação do povo brasileiro passou por uma repressão violenta a segmentos sociais, desde seu passado escravocrata, que relegou precariedades às tentativas de libertação e consolidação de grupos de resistência e pertencimento. Contudo, esses movimentos seguiram se organizando e conseguiram avançar, aos poucos, ganhando representatividade social na busca pela garantia de direitos.

Movimentos internacionais negros, como a Negritude, por exemplo, promoveram a busca pela construção da personalidade e consciência negras e, em África, seus adeptos passam a protestar contra a perduração de uma ordem colonial e efetivação de uma emancipação política.

No Brasil do século XX, mais especificamente, a partir da década de 80, a busca pelo direito à cidadania tornou-se ainda mais veemente e estava, de certa maneira, vinculada ao processo de democratização de nosso país.

Para Gomes (2010):

É na década de 80, no processo de abertura política e redemocratização da sociedade que assistimos uma nova forma de atuação política dos negros e negras brasileiros. Esses passaram a atuar ativamente por meio dos novos movimentos sociais, sobretudo os de caráter identitário trazendo um outro conjunto de problematização e novas formas de atuação e reivindicação política. (GOMES, 2010, p. 99)

Segundo Gomes (2010), esses movimentos sociais fazem indagações, reivindicações e denúncias, exigindo um Estado que assuma uma posição política em prol do combate às desigualdades, deixando de ser “neutro e omissos diante da centralidade da raça na formação do país”. (GOMES, 2010, p. 99).

A opressão sofrida pelos negros, acompanhada de sua desvalorização e exploração, necessitava ser contida. O Movimento Negro tenta estancar esta sangria que ainda se faz presente e exasperada visto a exploração capitalista, os racismo e preconceitos em suas nuances.

Nas últimas décadas do século XX, outros movimentos sociais também eclodiram no cenário nacional. Tratava-se dos movimentos das classes populares, dos sindicatos de trabalhadores, dos movimentos de bairro, do feminismo, da mobilização partidária, que buscavam um processo de inclusão social, de conquista de direitos e de garantia da cidadania.

Nonato (2018) afirma que:

Esse processo tem sido motivo de discussões e lutas, especialmente nas últimas décadas, quando se passou a denunciar, mais contundentemente, o fato de que, historicamente, na sociedade brasileira, tem sido negado a diferentes grupos sociais, especialmente aqueles advindos das camadas mais populares, o acesso a uma educação que possa atender a todos. (NONATO, 2018, p. 35)

Segundo Nonato (2018, p. 35): “a luta em prol dos direitos humanos se intensificou na segunda metade dos anos 1980”. Várias foram as ações que buscavam a construção de uma rede que pudesse empreender atividades capazes de abranger toda a sociedade brasileira. Os grupos envolvidos nesses movimentos tinham a convicção de que era imperativa a criação de uma cultura que valorizasse os direitos humanos e, para isso, era necessária a concepção de práticas sociais que impulsionassem a construção da ampliação de meios democráticos na sociedade brasileira.

Conforme Candau (2003):

Nesse sentido, o papel da educação era visto como fundamental. Formar para a cidadania e democracia constituía um objetivo irrenunciável e esta preocupação passava necessariamente pela afirmação teórico-prática dos direitos humanos. (CANDAU, 2003, p. 95)

Assim, à escola cabe desenvolver os ideais propostos para se chegar à conscientização do que é necessário que se atinja em uma sociedade para que todos possam ser respeitados como iguais. Segundo Candau (2003):

É importante ressaltar que, embora a escola possa refletir desigualdades estruturais, ela não se resume a um mero instrumento de reprodução, uma vez que possui também autonomia em relação à sociedade na qual está inserida. Afirmar que ela seja apenas um produto da sociedade é negar a riqueza e a possibilidade produtiva da escola. Acreditamos no potencial de mudança da escola e em um tipo de educação que favoreça a inter-relação dos diferentes grupos sociais e culturais, na perspectiva da construção da igualdade, e que promova positivamente, através de práticas pedagógicas democráticas. (CANDAU, 2003, p. 30-1)

Compreende-se, então, que a educação é o local onde estratégias podem ser empreendidas de maneira a que se viabilize a construção de uma cultura atendida com a “interação entre o saber sistematizado sobre direitos humanos e o saber socialmente produzido”. (CANDAU, 2003, p. 98). Tensiona-se, dessa forma, para “que a cultura dos direitos humanos penetre todo o processo educativo.” (CANDAU, 2003, p. 98).

A promulgação da Constituição Brasileira, em 1988, representa um avanço do ponto de vista jurídico em relação aos direitos humanos, bem como a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, que garante a proteção dos direitos daqueles ainda em formação. Entre outras ações governamentais, vão se incorporando direitos que sinalizam à construção de relações mais respeitosa entre os brasileiros.

Cury (2002) ressalta:

[...] ao mesmo tempo em que ela <a Constituição> assume o uno (igualdade), aponta o direito à diferença (múltiplo) como algo que enriquece a igualdade. Mas, quando a diferença se torna motivo de discriminação, é o princípio da igualdade que se impõe seja para se fazer justiça (igualdade), seja para não aceitar que uma diferença de fato se torne motivo para uma diferença (discriminatória) de direito. (CURY, 2002, p. 69)

Nesse bojo, o art. 206, da Carta Maior, firma garantias de respeito às diferenças, celebrando possibilidades relacionadas, inclusive, ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas. Essa garantia engloba ainda, conforme o art. 242, § 1º, o ensino da história, por exemplo, posto que o: “ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro”. (CURY, 2002, p. 73).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – 9.394/96 – reafirma tal dispositivo legal, garantindo que o ensino de História do Brasil considere as diversas contribuições culturais e étnicas para a formação do povo brasileiro.

Diz a LDBEN 9.394/96, em seu artigo 26:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013); **§ 4º** O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e

etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. (BRASIL, 1996)

Nessa miríade, cabe destacar também que a Lei 9.394/96, de forma geral, fortaleceu ações com fins a inclusão da questão racial e étnica, promovendo mudanças relacionadas a conscientização do valor que se deve dar à formação do povo brasileiro em sua diversidade.

Segundo Gomes (2013):

[...] em uma sociedade multirracial e pluricultural, como é o caso do Brasil, não podemos mais continuar pensando a cidadania e a democracia sem considerar a diversidade e o tratamento desigual historicamente imposto aos diferentes grupos sociais e étnico-raciais. (GOMES, 2013, p. 70)

Dessa maneira, enfatiza-se que há necessidade de investigação do processo histórico-cultural no tocante a suas diversas etnias formadoras, suas desigualdades forjadas por processos civilizatórios e as resultantes provenientes desses fatores.

Aposta-se que quanto maior for o conhecimento das raízes africanas na formação do povo brasileiro, maiores são as chances de combater comportamentos culturais preconceituosos existentes, consoando então uma nação menos desigual, pautada pelo respeito às diferenças.

Para Gomes (2013):

Do ponto de vista pedagógico, a superação dos preconceitos sobre a África e o negro brasileiro poderá causar impactos positivos, proporcionando uma visão afirmativa acerca da diversidade étnico-racial e entendendo-a como uma riqueza da nossa diversidade cultural e humana. Do ponto de vista político, essa mesma visão deverá sempre ser problematizada à luz das relações de poder, de dominação e dos contextos de desigualdade e de colonização. (GOMES, 2013, p. 72)

Em 2003, uma nova redação é dada à LDBEN 9.394/9 pela Lei nº 10.639, torna obrigatório o ensino de História e cultura africana, afro-brasileira, demandando a ressignificação do conteúdo programático e envolvendo estudos literários africanos e afro-brasileiros. O Art. 26-A da lei nos traz:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena; § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil; § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de **educação artística, de literatura e história brasileiras.** (Destaque nosso.) (BRASIL, 2008)

Percebe-se que a intenção é ampliar ainda mais o alcance dos estudos relacionados ao conteúdo histórico que, aliado à literatura e à arte, possam gerar

uma visão mais abrangente da cultura que se quer valorizar e preservar.

2 | A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

A educação intercultural, sendo analisada em perspectiva crítica e emancipatória, representa desafio para a educação. Segundo Candau (2008), em primeiro lugar, há necessidade de desconstrução (de conceitos), penetrando: “universo de preconceitos e discriminações que impregna – muitas vezes com caráter difuso, fluido e sutil a todas as relações sociais que configuram os contextos em que vivemos”. (CANDAU, 2008, p. 53).

Além desse aspecto, questionar o caráter monocultural e o eurocentrismo, os quais, de uma certa forma, se fizeram presentes tanto na escola, quanto nas políticas educativas e “impregnam os currículos escolares”. (CANDAU, 2008, p. 53) é fator que possibilita a desconstrução a que a autora faz referência.

Depreende-se que a perspectiva multicultural promove “a construção de valores não discriminatórios, reforçando os propósitos de uma educação voltada para o acolhimento às diversidades culturais presentes na sociedade brasileira”. (NONATO, 2018, p.73)

Outros aspectos, tais como a articulação entre igualdade e diferença “no nível das políticas educativas, assim como das práticas pedagógicas” (CANDAU, 2008, p. 53) e o resgate dos processos de construção das identidades culturais, tornam-se pontos fundamentais ao tema.

Para se atingir a valorização e superação de preconceitos e racismos, há necessidade de enfrentamento de impasses historicamente construídos na tentativa de desconstruir ou desmistificar atos há muito enraizados em nosso país.

Segundo Gatti (2013-14):

No foco das licenciaturas, esse enfrentamento não poderá ser feito apenas em nível de decretos e normas, o que também é importante, mas é processo que deve ser feito também no cotidiano da vida universitária. Para isso, é necessário poder superar conceitos arraigados e hábitos perpetuados secularmente e ter condições de inovar. Aqui, a criatividade das instituições, dos gestores e professores do ensino superior está sendo desafiada. (GATTI, 2012-14, p. 36)

Percebe-se, assim, a importância dos estudos das literaturas africanas e afro-brasileira, não só como atendimento à inteligência das previsões legais, mas como maneira de superação de atitudes antirracistas e preconceituosas.

2.1 Literaturas Africanas e Afro-brasileira: em busca da valorização da cultura negra

Em se tratando das literaturas africanas e afrodescendente, considera-se que essas literaturas possam abrir portas a interpretações várias, bem como promover

a análise de processos históricos desconhecidos pela população de nosso país.

Amâncio destaca:

A leitura dos textos africanos de Língua Portuguesa corresponde, portanto, a uma viagem em diferença: durante a trajetória, montam-se e desmontam-se cenas imaginárias em espaços poéticos e ficcionais ainda pouco navegados. Isso porque, em se tratando de referências africanas, o cenário comumente configurado para/por nós, brasileiros, são principalmente os de miséria e analfabetismo, bem como o exotismo das roupas coloridas, do batuque e do rebolado, ou seja, um imaginário que, em seu caráter reducionista e preconceituoso, não prevê a elaboração intelectual e a produção da literatura. (AMÂNCIO, 2008, p. 49)

Nesse sentido, a abordagem das várias produções literárias poderá mostrar as diversas culturas africanas que o território brasileiro assimilou para si, expandido conhecimentos pouco divulgados durante os anos precedentes. Um exemplo dessa pouca divulgação é a questão da “resistência ao colonialismo português e das consequentes lutas de libertação nacional (anos 40 a 70)” (AMÂNCIO, 2008, p. 50).

Nota-se que tal tema na Guiné-Bissau gerou produções literárias que:

se consolidaram e explicaram as ambigüidades (sic) da relação colonizador/colonizado, bem como as distintas realidades locais, principalmente no que tange às práticas racistas portuguesas e às tentativas de silenciamento das expressões culturais africanas por parte do sistema salazarista. (AMÂNCIO, 2008, p. 50)

Em outras literaturas, por exemplo, é possível vislumbrar a percepção de como a língua e tradição oral podem representar vivências sociais, ideologias, culturas e questionamentos relacionados ao regime escravocrata. Ou, ainda, apontar opressões coloniais, resistências e tensões. Tudo isso, e muito mais, poderá ser estudado, mostrando que o processo escravocrata que ocorreu em território brasileiro também foi espelhado em outros países por onde Portugal exerceu domínio fato espreado em uma diversidade de movimentos libertários. Movimentos esses que estão registrados na literatura e contribuem para o desmanche de uma visão equivocada de que no território africano tudo é igual ou “de que o africano não demonstrou resistência formal ao processo colonizatório”. (AMÂNCIO, 2008, p. 84).

Dessarte, a comparação entre as literaturas produzidas em território africano e as produzidas em território brasileiro pode revelar que os autores dessas literaturas dialogam de forma estético-ideológica, principalmente na extrapolação dos temas de que tratam. Amâncio destaca que:

a recepção das diversas obras das literaturas africanas leva não só à percepção da existência de um rico universo lingüístico-cultural (sic), como também à compreensão de que existe um cânone literário nessa produção e de que há um forte dinamismo nos processos de cada país, uma vez que, recentemente, novas vertentes estético-discursivas têm se consolidado, articulando cultura, erotismo, globalização e outros temas, para além do discurso literário anticolonial. (AMÂNCIO, 2008, p. 84)

Nesse sentido, percebe-se que a valorização das literaturas africanas e afro-brasileiras tem como consequência a ampliação dos estudos sobre a formação

cidadã, configurando uma tomada de consciência voltada para uma visão hegemônica monolítica de saber a ser superada. Abrem-se espaços então para discussões sobre a diáspora da língua portuguesa, ao mesmo tempo em que se ampliam as capacidades de conhecer história e culturas portuguesas, promovendo um fortalecimento emancipatório que envolve: o saber conviver com o outro; o fazer uso de ética, do compartilhamento de direitos iguais, rechaçando a exclusão e, para, além disso, realizando a promoção de um processo libertário diante de preconceitos e valores discriminatórios que ainda impregnam o imaginário e as práticas sociais telúricas.

Segundo Nonato (2018, p. 62): “com respeito às influências, tem sido discutida e destacada a influência da literatura brasileira na criação de textos da literatura africana”, por exemplo. Referidas influências são confluências que se fazem entre as literaturas afro-brasileiras, africanas, brasileiras e portuguesas.

Visível é que muitos autores brasileiros foram e são estudados na África, influenciando também produções literárias de outros países colonizados por Portugal.

Segundo Fonseca¹ (2003 apud NONATO, 2018, p. 62):

Manuel Ferreira dá destaque a Jorge Amado, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge de Lima, Carlos Drummond de Andrade. Ainda segundo Fonseca (2003), Guimarães Rosa também pode ser identificado na produção de obras com sentido político do escritor africano Luandino, em especial em suas obras *Nós, os do Makulusu*, publicado em 1975; em *João Vêncio: os seus amores*, de 1979 e em *Lourentino, Dona Antónia de Souza Neto & eu*, de 1981. Em tais obras, segundo a pesquisadora Fonseca, o sentido político se faz presente e se trata de aspecto peculiar às literaturas africanas, “principalmente quando se empenharam na luta pela afirmação de identidades.” (FONSECA, 2003, p. 84 apud NONATO, 2018, p. 62)

Noutro giro, a busca pela independência dos países africanos também influenciou as produções literárias brasileiras na década de 1970 e acabou por motivar os afro-brasileiros a continuarem o seu projeto contra a discriminação racial.

A esse respeito, Souza (2003) informa:

Já os fundadores do bloco Ilê-Ayê, na década de 70, referem-se sempre à motivação trazida pelas notícias das lutas dos países africanos pela independência, mais especificamente daqueles de colonização portuguesa. Assim, poemas, textos jornalísticos, notícias sobre o empenho dos escritores africanos e da diáspora nas suas lutas específicas e naquelas que reuniriam africanos e seus descendentes compõem e tecem os fios, forjam os laços que motivarão os afro-brasileiros a impulsionar seus projetos e lutas contra a discriminação racial. (SOUZA, 2003, p. 33)

Percebe-se, com isso, que a literatura, nesses momentos, tornou-se um veículo carregado de função social. Aspectos culturais, peculiaridades dos povos

1. FONSECA, Maria Nazareth Soares. Presença da literatura brasileira na África de língua portuguesa. In: LEÃO, Ângela Vaz. **Contatos e ressonâncias: Literaturas africanas de língua portuguesa**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

brasileiro e africanos, seus sofrimentos, suas lutas, suas ideologias, sua oralidade, a busca por libertação são fatos que ficaram e estão a ser registrados.

Segundo Nonato (2018, p. 62):

“Unem-se os espaços históricos, políticos, sociais, culturais em produções literárias que deixam visíveis aspectos de uma África pouco conhecida para muitos. Produções que, por vezes, foram influenciadas pela literatura brasileira”.

Desse modo, nota-se que os estudos literários permitem fazer uma apreensão do mundo de maneira a desconstruir hierarquias, possibilitando dissipar preconceitos, abrindo espaço para uma África que, até bem pouco, era desconhecida no mundo literário.

E, ao haver possibilidade de investigações e estudos literários de produções africanas, pode-se ampliar estudos de povos que são partes da raiz do Brasil, se compreendendo e valorizando nossas culturas de formação e criando uma nova cultura relacionada aos povos de língua portuguesa em suas peculiaridades. Além disso, contorna-se então um panorama cultural dos países que possuem essa língua nativa, proporcionando discussões sobre o multiculturalismo de maneira mais veemente.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAS

A dedicação aos estudos da literatura africana e afro-brasileira viabiliza a compreensão de formação do povo brasileiro e das culturas africanas.

Por vários séculos referidas culturas ficaram submersas no esquecimento visto a prioridade dada aos estudos dos cânones da literatura brasileira e europeia.

A promulgação da Constituição de 1988 e da LDBEN 9.394/96, e sua modificação pela Lei 10.639/2003, permitiu que se abrissem espaços para que houvesse a correção de uma dívida que o país tinha para com os afro-brasileiros.

Ao se fazer estudos relacionados aos estudos literários africanos e afro-brasileiros asseguram-se a diversidade cultural e social. Ampliam-se os conhecimentos sobre um dos pilares de formação do povo brasileiro, valorizando-se culturas que foram silenciadas e ignoradas durante o processo colonial e imperial brasileiro.

Impõe-se, tão logo, a necessidade de consolidação de uma visão crítica em relação ao processo de formação do povo brasileiro e sua conseqüente formação e seus enfrentamentos diante da desigualdade social e processo exploratório da mão de obra escrava. Compreende-se que o racismo advém de aspectos culturais relacionados a subjugação e que, conhecer suas raízes, ressignificá-las e atribuir-lhes representações sociais diversas ajuda em seu combate. Desse modo, a língua portuguesa em si e suas assimilações, igualdades e diferenças também é aspecto

relevante ao tema.

Com isso, abre-se a possibilidade de, por via de discussões históricas e literárias, fazer-se uma investigação muito maior da formação cultural brasileira, angariando-se uma visão mais fidedigna de suas construções em diferentes âmbitos.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Iris Maria da Costa. *O universo literário africano de Língua Portuguesa como ferramenta para a efetivação da Lei 10.639/03*. In: AMÂNCIO, Iris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Míriam Lúcia dos Santos. Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. *Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, 2004.

CANAU, Vera Maria. *Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença*. In: Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

CANAU, Vera Maria. *Somos todos iguais: Escola, discriminação e educação em direitos humanos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Legislação Educacional Brasileira: o que você precisa saber sobre... 2. ed.* Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Literatura afro-brasileira: um conceito em construção*. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, nº. 31. Brasília, janeiro-junho de 2008, p. 11-23. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323127095001>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

GATTI, Bernadete A. *Formação inicial de professores para a educação básica: As licenciaturas*. In: REVISTA USP. São Paulo, n. 100, p. 33-46, DEZEMBRO/JANEIRO/FEVEREIRO 2013-2014. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1899/1899.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

GOMES, Nilma Lino. *A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03*. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANAU, Vera Maria (org.). Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOMES, Nilma Lino. *Diversidade étnico-racial e Educação no contexto brasileiro: algumas reflexões*. In: GOMES, Nilma Lino. Um olhar além das fronteiras: educação e relações sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NONATO, Gleides Ander. *Formação inicial de professores para a diversidade étnico-racial nas licenciaturas em Letras e Pedagogia em duas IES mineiras*. 2018. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais. Disponível em: <http://www.sistemas.pucminas.br/BDP/SilverStream/Pages/pg_ConstItem.html>. Acesso em: 29 jul. 2018.

SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira (org.). *São Paulo: O povo em movimento*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

SOUZA, Florentina. *Laços poéticos forjados pelo Atlântico negro*. In: LEÃO, Ângela Vaz. *Contatos e ressonâncias: Literaturas africanas de língua portuguesa*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

SOBRE O ORGANIZADOR

HELTON RANGEL COUTINHO JUNIOR - Possui graduação em Serviço Social, História e Direito pelas instituições Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Estácio de Sá, respectivamente. Possui ainda especializações nas áreas de Historiografia Brasileira, Direito Constitucional (ambas pela Faculdade Venda Nova do Imigrante- ES) e Sociologia Urbana (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ). Mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro pela linha de pesquisa “Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social”. Atualmente cursa Letras junto a Universidade Cruzeiro do Sul e participa de projeto de extensão das Editoras parceiras Universidade do Livro/UNESP- Universidade Estadual Paulista com fins ao aprofundamento de elementos relacionados a editoração, preparo e produção de textos em suas diferentes modalidades. E-mail: heltonrcj@hotmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afrodescendência 58, 64
Agricultura Familiar 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90
Alfred Schütz 1, 2, 9, 12
Apiacá 78, 79, 82, 83, 84, 85
Aprendizagem 10, 38, 48, 63
Assistência 110, 111, 112, 113, 114, 117, 119, 120, 121, 122, 128
Atílio Vivacqua 78, 79, 82, 83, 84, 85

C

Cacheiro de Itapemirim 78, 79
Cachoeiro de Itapemirim 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90
Camundongos 92, 96, 97
Capoeira 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48
Castelo 78, 79, 82, 83, 84, 85
Crime Organizado 123, 125, 126, 133
Cultura 1, 2, 4, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 30, 35, 36, 38, 39, 40, 43, 46, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 77, 80, 108, 114, 115, 116, 120, 121, 122

D

Dignidade humana 125, 132, 133
Direito Penal 123
Diversidade 18, 20, 22, 23, 24, 27, 33, 39, 48, 59, 60, 62, 80, 87, 88, 89, 92, 94, 95, 96, 98, 100, 101, 104, 107, 109, 132

E

Educação 14, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 38, 39, 40, 45, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 65, 66, 70, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 86, 89, 104, 110
Enfermos 110, 111, 114, 115, 117, 119
Ensino 17, 18, 19, 23, 38, 39, 40, 47, 48, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 63, 69, 72, 76, 77, 80, 89
Epidemiologia 90, 92, 93, 94, 103
Escola 16, 17, 19, 23, 38, 39, 43, 46, 48, 53, 55, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 70, 71, 72, 96, 107
Espírito Santo 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86

F

Foucault 38, 39, 44, 49, 61

G

Goiás 95, 98, 102, 104, 106, 107, 108, 110, 123

H

Hospitais 110, 111, 114, 116, 117, 119, 120, 126, 133

I

Idade Média 110, 111, 112, 113, 114, 119, 120, 121

Intersetorialidade 78, 80, 81, 89, 90

J

Jerônimo Monteiro 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86

L

Lei 10.639/03 23, 39, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

Literatura Africana 14, 21, 22

Literatura devocional 110, 119

M

Max Weber 2, 9

Mimoso do Sul 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86

Ministério da Educação 23, 38, 49, 57, 80

Morcegos 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Muqui 78, 79, 82, 83, 84, 85

P

Patrimônio 38

PNAE 78, 79, 80, 81, 82, 86, 88, 90

Políticas Públicas Intersetoriais 79

Portugal 20, 21, 26, 27, 30, 77, 90, 110, 111, 113, 114, 116, 117, 119, 120, 121, 122

Práticas em saúde 110, 112, 113

R

Raiva 91, 92, 93, 94, 96, 97, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108

Região Central Sul 81, 82, 83, 84, 85, 86

S

SAN 78, 79, 80, 81, 87, 88

Sociedade 2, 4, 7, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 28, 29, 30, 33, 36, 39, 45, 47, 48, 51, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 72, 75, 81, 123, 126, 127, 130

Sociologia 1, 2, 3, 5, 10, 11, 12, 52, 58, 65, 135

T

Tráfico de Órgãos 123, 125, 127, 129, 130

Transplante de órgãos 124, 126, 128, 130, 132

U

Unidades de ensino 48, 80

V

Vargem Alta 78, 79, 82, 83, 84, 85

 **Atena**
Editora

2 0 2 0